

Línguas africanas no Brasil

Recebido 04. jul. 2005/Aprovado 02. set. 2005

Margarida Maria Taddoni Petter

Resumo

As línguas africanas manifestam-se, hoje, no Brasil, como línguas especiais, com uma função ritual, nos chamados cultos afro-brasileiros, ou com uma função de demarcação social, no seu uso como língua secreta, nas comunidades do Cafundó e da Tabatinga. Este texto retraza a história do contato das línguas africanas com o português no Brasil e discute a participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro.

Palavras-chave: línguas africanas; línguas africanas no Brasil; português brasileiro.

1. Línguas de ontem, falares de hoje: inventário geolingüístico

As línguas negro-africanas, transplantadas para o Brasil há quase quinhentos anos, sobrevivem hoje sob a forma de *línguas especiais*, ou seja, como modos de falar próprios de uma faixa etária ou de um grupo de pessoas dedicadas a atividades específicas, de acordo com a formulação clássica estabelecida por Van Gennep (1908). Não se apresentam mais como línguas plenas, mas revelam traços de seu longo e intenso contato com o português. O seu uso – além de estar associado a grupos específicos – está vinculado a duas funções principais: *ritual*: nos cultos religiosos ditos “afro-brasileiros” e *demarcação social*: como língua “secreta”, utilizada em comunidades negras rurais constituídas por descendentes de antigos escravos, como Cafundó e Tabatinga.

As religiões africanas perpetuaram culturas africanas diversas, manifestando-se nas diferentes regiões do Brasil em diferentes ritos e nomes locais: *candomblé* na Bahia, *xangô* em Pernambuco e Alagoas, *tambor de mina* no Maranhão e Pará, *batuque* no Rio Grande do Sul, *macumba* no Rio de Janeiro (PRANDI, 1995-1996, p. 65). Mais recentemente, no século XX, surgiu a *umbanda*, identificada como religião brasileira por excelência, pois aqui se formou, do encontro de cultos africanos e tradições indígenas com o espiritismo e o catolicismo. Os “candomblés” das diferentes “nações”¹ – *nagô-queto*, *jeje*, *angola* – utilizam diversas línguas: *iorubá*, em todos os cultos e principalmente na nação *nagô-queto*; *eve-fon*, nos cultos *jeje*; *quimbundo* e *quicongo*, no candomblé de angola. No Maranhão, no *tambor de mina*, há um misto de língua *mina-nagô*.

Nos cultos de umbanda fala-se português brasileiro “popular”, com vocabulário, semantismo e traços morfossintáticos particulares, próprios da “entidade” incorporada pelo médium no estado de transe.

As línguas africanas, utilizadas hoje ritualmente, mantêm-se como veículo de expressão dos cânticos, saudações e nomes dos iniciados, principalmente, podendo também servir como meio de comunicação entre os adeptos da mesma comunidade de culto. A linguagem utilizada reflete formas, muitas vezes, pidginizadas, em que o léxico e a gramática distanciam-se da língua africana de origem. A aquisição desse código é, na maior parte dos casos, restrita aos iniciados, a quem o acesso ao universo lingüístico² negro-africano é paulatinamente aberto, à medida que os fundamentos da religião são assimilados. A interação entre português e língua africana, no candomblé, provoca uma diversidade de situações, como demonstra Póvoas (1989, p. 75-76):

¹ “Nação, no candomblé, expressa uma modalidade de rito em que um tronco lingüístico e elementos culturais de alguma etnia prevalecem”, de acordo com Prandi (1991).

² A Constituição Brasileira, por meio do artigo 68 ao ADCT (Ato das Disposições Transitórias), garante aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras.

Na verdade, entre o português comum, língua nativa, e o *nàgó*, a língua ritual, pelo menos duas variantes hão de ser detectadas nas comunidades do candomblé de origem *nàgó*: uma, de sintaxe portuguesa, com forte inserção lexical *nàgó*; outra, também de sintaxe portuguesa, com interferência *nàgó* no nível semântico, com lexemas traduzidos. Assim, a variante primeira, aqui denominada A, caracteriza-se pelos empréstimos, enquanto a segunda, aqui denominada B, pelos decalques. Leve-se em conta, porém, que A não está isenta da possibilidade de apresentar frases em legítima sintaxe *nàgó*, o que não ocorre em B.

Nos anos 70, iniciou-se um movimento de retorno às raízes africanas, iorubá, mais especificamente, conhecido como “reafricanização” dos cultos. Impelidos pelo desejo de maior autenticidade e africanidade dos rituais, alguns pais e mães de santo empreenderam um “retorno” à Nigéria e, com o apoio de intelectuais nigerianos, não só promoveram cursos de língua e cultura iorubá para adeptos e interessados em geral, como também incentivaram viagens ao país africano, com o objetivo de realinhar seus rituais aos modelos nigerianos. Esse “retorno” gerou uma situação paradoxal: terreiros desejosos de serem mais *tradicionais* (conservadores) por respeitarem a origem africana passam a ser os mais *modernos* (inovadores) por introduzirem o modelo africano e a língua iorubá atual no culto. O fato histórico original, no entanto, não se apaga: os africanos (re)criaram aqui uma religião com uma nova identidade, que incorporava ao universo negro-africano a nova realidade social vivenciada no Brasil e se expressava em várias línguas, prioritariamente *nagô-quieto* do Benim e línguas dos grupos *evefon* e *banto* (BONVINI; PETTER, 1998, p. 78).

O uso de “línguas africanas” – na verdade, um léxico de origem africana – por comunidades negras rurais, com função de demarcação social foi registrado por duas obras: uma sobre a linguagem do Cafundó, em São Paulo (VOGT; FRY, 1996) e outra a respeito da linguagem da Tabatinga, em Minas Gerais (QUEIROZ, 1998). Em São Paulo, não há outra referência ao uso de um léxico de origem africana, nem mesmo na região do Vale do Ribeira, onde se situam 51 comunidades remanescentes de quilombos. Em Minas Gerais, há menções sobre situação semelhante no povoado de Milho Verde e em Capela Nova (QUEIROZ, 1998, p. 32). Vogt e Fry relatam a existência em Patrocínio (MG), de uma “língua” identificada como *calunga*, com um léxico bastante semelhante ao do Cafundó, mas com um uso bastante distinto: ela é falada por brancos e negros indistintamente (1996, p. 234-255).

O Cafundó é um bairro rural da cidade de Salto de Pirapora, situada a 150 km de São Paulo, constituído por descendentes de africanos que mantêm o uso de um léxico de base

banto. A descoberta desse núcleo, no final da década de 70, provocou o debate sobre aspectos da realidade lingüística brasileira pouco investigados: a presença e a permanência de línguas africanas no Brasil e o questionamento da possível origem crioula dessa fala.

A fala do Cafundó é uma variedade do português regional, um dialeto rural, caracterizada por um léxico reduzido de origem banto (quimbundo, em particular), com estrutura morfossintática do português. O léxico de origem africana contém cerca de cento e sessenta itens, com quinze verbos e dois advérbios. A maioria de seus locutores possui um conhecimento passivo desse repertório, visto que seu uso efetivo vem diminuindo, mantendo-se apenas na comunicação de alguns adultos. As crianças, hoje, aprendem esporadicamente alguns vocábulos, como o nome de alimentos e de alguns animais. Para os cafundoenses, a mais importante função da “língua”, ou da *cupópia*, como a identificam, é a de código secreto, restrito a membros da comunidade. O uso secreto dessa língua cumpre, na verdade, uma função lúdica, pois agrada-lhes enganar os desavisados. Dessa forma, os falantes se distinguem como descendentes de africanos, superiores a toda degradação social e econômica de que são vítimas (VOGT; FRY, 1996).

A “língua do Negro da Costa” ou a “língua da Tabatinga” é falada por um grupo de negros da cidade de Bom Despacho (MG), situada a 140 km de Belo Horizonte. Tabatinga, antigamente “um aglomerado de casinhas de capim espalhadas pelo morro de argila branca que veio dar o nome ao lugar”, hoje é uma rua da periferia de Bom Despacho (QUEIROZ, 1998, p. 50). “Língua” muito próxima gramaticalmente do “português popular brasileiro”, mais especificamente do dialeto da região, possui um pequeno vocabulário de origem africana, banto (quimbundo, principalmente), com muitos termos semelhantes aos do Cafundó. Utiliza morfemas derivacionais e flexionais do português, embora uma análise diacrônica pudesse identificar em diversos termos prefixos de origem africana, os morfemas identificadores de classes nominais, como, por exemplo *ca-* de *camona* “criança”, reconhecido nas línguas do grupo banto como marca do diminutivo (QUEIROZ, 1998, p. 79).

A língua da Tabatinga é adquirida na juventude, numa faixa etária entre 11 e 20 anos, entre amigos, e não se transmite como língua materna. Tem, também, a exemplo do Cafundó, um uso lúdico, com a finalidade de “ocultação”. Tem o caráter de língua de resistência cultural, que atualiza para seus falantes “a sua identidade africana, através da tradição lingüística” (QUEIROZ, 1998, p. 106).

As duas comunidades negras retratadas têm como traço lingüístico comum um léxico de origem banto. Tanto os falantes da “cupópia” quanto os da “língua da Tabatinga” manifes-

tam o sentimento de falar uma língua africana, pois o fato de nomear de forma diferente dá-lhes a ilusão de que se trata de outro idioma, mesmo que a fonologia, a morfologia e a sintaxe sejam do português.

O paralelo estabelecido entre as línguas utilizadas nos cultos afro-brasileiros e as línguas “secretas” faz sobressair analogias importantes, que envolvem semelhanças de estruturação lingüística e de condições sociais de uso, que permitem considerá-las *línguas especiais*. Considerando seu uso atual, essas “línguas” não servem para resolver situações emergenciais de contato lingüístico, como os pidgins; ao contrário, formam-se no interior de uma comunidade que compartilha a mesma língua, mas que necessitou criar um código de acesso exclusivo a um subgrupo.

O “segredo” que essas “línguas” veiculam foi conservado e transmitido exclusivamente pela linguagem oral. Essa característica identifica as civilizações africanas, chamadas de *civilizações da oralidade*, em razão do privilégio que concedem à palavra verbalizada como depositária e veículo do conhecimento. É significativo o fato de que descendentes de africanos tenham perpetuado no Brasil o valor civilizatório da *palavra falada*, transformada aqui em condição de coesão e sobrevivência de um grupo (PETTER, 1998, p. 199).

A existência de comunidades rurais compostas majoritariamente por negros remete-nos inevitavelmente aos quilombos do passado, cuja sobrevivência poderiam estar testemunhando. Com efeito é elevado o número de comunidades negras – terras de preto – que reivindicam seu direito à propriedade da terra onde vivem.³ No entanto, não se dispõe ainda de um mapeamento total dos atuais quilombos,⁴ nem se dispõe tampouco de estudos lingüísticos sobre esses agrupamentos. Sobre os quilombos do passado também pouco sabemos. O trabalho arqueológico em Palmares, embora ainda em fase inicial, demonstra que, a partir da cerâmica, pode-se supor que ali conviviam pessoas de diversas origens étnicas e culturais. Os nomes dos diversos mocambos da República de Palmares possuem etimologia africana, tupi e portuguesa. De acordo com Funari, “este caráter multiétnico deriva, em parte, da situação histórica e estratégica de Palmares. Os quilombos estabeleceram-se em uma região circundada por nativos, a oeste, por moradores e fazendeiros, na costa e, entre 1630 e 1654, por holandeses a nordeste” (1995-96, p. 11-12).

Considerando a direção do tráfico atlântico na época, na falta de dados mais diretos, supõe-se que o quilombo de Palmares recebeu grupos originários do Centro-Sul da África, falantes das línguas quicongo, quimbundo e umbundo e outros da região Congo-Angola. O próprio termo *quilombo* derivaria de *kí-lómbò*, sociedade iniciática de jovens guerreiros

⁴ De acordo com a Fundação Cultural Palmares, foram identificadas 703 comunidades, sendo que 15 foram tituladas e 21 oficialmente reconhecidas (até agosto de 1999).

umbundos surgida nos séculos XVI e XVII, adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), estes formados por pessoas de diversos grupos étnicos desenraizados de suas comunidades (REIS, 1995-1996, p. 16). Munanga confirma essa interpretação informando que o quilombo, no “seu processo de amadurecimento se tornou uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos, submetidos a um ritual de iniciação” (1995-1996, p. 63). Os palmarinos teriam aqui reinventado essa instituição, num contexto diferente, mas guardando em comum a integração de diversas origens sociais. Parece bastante significativo o fato de que só depois de Palmares o termo *quilombo* se tenha difundido como designação para reduto de escravo fugido. Antes o termo utilizado era *mocambo* (REIS, 1995-1996, p. 16).

No entanto, a etimologia e a interpretação apresentadas por Reis e Munanga diferem, em parte, das fornecidas por outras fontes, como a de Beatrix Heintze, historiadora de referência para Angola, para quem “quilombo (kilombo): [é] proveniente do kimbundu: lumbu ‘cercado, sebe’. Cf. mbundu: ‘lombo’, aldeia, libata; cf. kikongo nos meados do século XVII: ‘kilombo’, exército” (HEINTZE, 1985, p. 126). A autora também informa que o termo quilombo foi utilizado pelos angolares de São Tomé, possivelmente de etnia umbundo, para designar as aldeias que construíam na ilha, por volta de 1544, quando aí permaneceram em razão de um naufrágio. Acrescenta que em umbundo, o termo é ‘ochilombo’, *oci-lombo*, significando abrigo de noite. “Em Angola, os mbundu e especialmente os ‘jaga’ (mbangala) designavam com o termo quilombo o acampamento militar ou arraial, aplicando-o também, em sentido mais lato, às tropas em geral” (HEINTZE, 1985, p. 126).

Que língua(s) se falaria(m) em Palmares? Não há elementos para responder com certeza a essa questão. As evidências históricas parecem levar-nos a uma situação de multilingüismo – tendo em vista a diversidade étnica de seus habitantes – em que uma língua poderia funcionar como veicular, o português ou uma língua africana, coexistindo ao lado de outras que dispõem de um maior número de locutores. Entre essas figurariam, certamente, as línguas do grupo *banto*: *quimbundo*, *quicongo* e *umbundo*, sobretudo.

Que línguas seriam utilizadas nos outros quilombos? E nas senzalas, nas casas-grandes? E depois da abolição? Em suma, que línguas africanas teriam sido faladas no Brasil? Para tentar responder a essas indagações é necessário retrair a história da chegada das línguas africanas ao Brasil e a história de sua integração ao português.

2. Tráfico de escravos e transplante de línguas: dados históricos

O tráfico negroiro, iniciado já em 1502, converteu-se num empreendimento econômico tão lucrativo que se prolongou por mais de três séculos, até 1860, quando foi extinto. Ao longo desse tempo teriam sido importados de 3.500.000/3.600.000 africanos, distribuídos em quatro grandes ciclos de importação (MATTOSO, 1982, p. 22-23):

- a) no século XVI, o ciclo da Guiné, trazendo escravos sudaneses, originários da África situada ao norte do Equador;
- b) no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe para o Brasil os negros bantos;
- c) no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que trouxe novamente os sudaneses. A partir de meados do século XVIII, esse ciclo se desdobra para dar origem a um ciclo propriamente "baiano": o ciclo da baía do Benin;
- d) no século XIX, chegam escravos de todas as regiões, com uma predominância de negros provenientes de Angola ou de Moçambique.

Associadas a esses ciclos estão as razões econômicas: cultivo de cana-de-açúcar e de tabaco, nos séculos XVI e XVII; exploração das minas de ouro e de diamantes, como também o cultivo do algodão, do arroz e da colheita de especiarias, no século XVIII; cultivo do café, no século XIX. Deve-se assinalar que o final de um ciclo não significa a interrupção da chegada de negros da região precedente. Sendo assim, a separação deve ser considerada válida em suas grandes linhas, mesmo porque a política de Portugal foi sempre a de promover a mistura das diferentes etnias africanas, para impedir a concentração de africanos de mesma origem numa mesma capitania.

Considerando-se as regiões de origem dos negros pode-se estimar que foram envolvidas pelo tráfico por volta de 200 a 300 línguas, uma pequena parcela do conjunto lingüístico africano que conta com 2000 línguas, segundo o inventário mais recente (GRIMES, 1996). Elas são originárias, essencialmente, de duas grandes áreas:

- a) área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas: (i) "oeste-atlântica" (*fulfulde, wolof, serer, temne...*); (ii) "mandê" (*mandinga, sobretudo*); (iii) "kwa" ou "gbe" (*eve, gen, aja, fon*), designadas como "jeje", no Brasil; (iv) "benuê-congo", principalmente os falares iorubás designados no Brasil pelo termo "nagô-queto", *nupe (tapa), igbo, ijo...* e também (v) "chádicas" (*haussá*) e ainda (vi) "nilo-saariana" (*canúri*).

- b) área *banto* – limitada à costa ocidental (atuais Congo, República do Congo e Angola), e só mais tarde à costa oriental (Moçambique) – caracterizada por um número reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas falada por um número maior de cativos: (i) *quicongo* (H10),⁵ falada pelos bacongos, numa zona que corresponde ao antigo Reino do Congo; (ii) *quimbundo* (H20), falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo; (iii) *umbundo* (R10), falada pelos ovimbundos, na região de Benguela, em Angola.

As línguas africanas não chegaram ao Brasil com o mesmo estatuto lingüístico de que dispunham no seu continente de origem, pois o tipo de tráfico adotado pelos portugueses promoveu uma certa seleção e adaptação entre as línguas. Durante todo o século XVI os portugueses detinham o monopólio do tráfico, desde o porto de Arguim, as ilhas de Cabo Verde, o forte de São Jorge de Mina (até 1637) passando pela ilha de São Tomé, abaixo do Equador, que será para os portugueses o primeiro grande centro de redistribuição de escravos levados de terra firme. Nos séculos XVII e XVIII Angola é que desempenhará o papel de centralizador, por meio de dois reinos negros, que prosperarão entre 1670 e 1750, um ao norte, o reino Ndongo (cujo título “*ngólà*”, dado aos chefes deste reino, serviu para forjar o termo “Angola” para designar o conjunto do país) e que será o maior reservatório de homens negros para o tráfico brasileiro (MATTOSO, 1982, p. 27); o outro ao sul, o reino de Benguela. Durante esse período, a iniciativa privada vai assumindo progressivamente o tráfico – no século XVIII já há companhias instaladas no Brasil – de tal sorte que chega a estabelecer um comércio direto entre o Brasil e a África, evitando assim a etapa européia do esquema clássico de comércio triangular utilizado pelos outros países colonizadores. Essa nova política resultou da iniciativa brasileira de Salvador Correia de Sá e Benavides (1602-1686) de reconquistar Angola expulsando os holandeses do porto de Luanda em 1648. Mas, na realidade, desde 1559 os portugueses estabelecidos no Brasil faziam por conta própria o abastecimento de mão-de-obra escrava para suas terras brasileiras (BONVINI; PETTER, 1998, p.3).

Essa estrutura de comércio provocou a existência de lugares de embarque com depósitos de cativos cada vez mais permanentes, fixos e organizados. Muitas vezes eram necessários meses para completar a carga do navio. No Congo, em Angola, em Benguela, os portugueses privilegiaram o “depósito fixo”, o “barracão” onde empregados permanentes dispunham de tempo para recolher os escravos em número impor-

⁵ A letra e o número identificam a língua conforme a classificação de Guthrie (1948).

tante e entregá-los juntos aos negreiros. Os cativos, geralmente enfraquecidos pela viagem do interior até a costa, recebiam aí cuidados especiais antes de embarcar e se a partida demorasse muito, trabalhavam a terra para alimentar-se (BOXER, 1973, p. 243). Em Angola, os portugueses utilizaram uma variante desse sistema, um navio ancorado permanentemente num porto, que oferecia a vantagem de conter com maior segurança a concentração de um grande número de cativos.

Os escravos, submetidos a essa organização particular de tráfico, participaram de uma situação lingüística nova, transitória, mas que, pela sua duração e renovação regular, pôde influenciar a situação lingüística no Brasil (BONVINI; PETTER, 1998, p. 74). Essa situação se caracterizava pela concentração forçada e prolongada de locutores de línguas africanas diferentes, embora tipologicamente próximas, que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do quimbundo (falado em Luanda e ao longo do rio Kwanza até sua foz) como língua veicular. Por outro lado, nesse mesmo período, ocorreu um contato forçado e prolongado com a língua portuguesa; primeiramente com aquela utilizada pelos “pombeiros”, recrutadores de cativos no interior das terras; a seguir, ao longo da costa africana, com os “negreiros”, brasileiros, que seriam talvez seus futuros senhores. Para muitos escravos originários de Angola, o multilingüismo encontrado no Brasil, resultante do convívio de línguas africanas e português, não será inédito, o que poderá explicar tanto o emprego de uma língua veicular africana quanto o uso do português falado pelos senhores.

Apesar da exigüidade de documentos escritos sobre as línguas faladas pelos escravos no Brasil, há dois trabalhos (um do século XVII e outro do século XVIII) que se constituem como marcos históricos da presença de línguas africanas, pois oferecem elementos importantes para que se retrace o itinerário das formas de convivência lingüística que se recriaram no novo continente.

3. Línguas da África no Brasil: documentos lingüísticos

I- *A Arte da lingua de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe & Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesu* (como aparece no frontispício), publicada em Lisboa em 1697, na oficina de Miguel Deslandes, impressor de sua Majestade, mas redigida no Brasil, em Salvador, constitui um verdadeiro acontecimento lingüístico (BONVINI, 1996). Seu autor era português de origem, mas vivia no Brasil desde sua infância; era jesuíta, jurista e médico. Seu trabalho, de 48 páginas, é a gramática da língua quimbundo, falada em Salvador pelos escravos oriundos de Angola. Acredita-se que esses seriam numerosos, pois o Padre Vieira afirmava que, nos anos 1660,

havia 23 000 escravos africanos catequizados na língua de Angola. Destinava-se a facilitar o trabalho dos jesuítas que lidavam com os negros, com o objetivo de facilitar-lhes o aprendizado dessa língua, visto que não havia ainda nenhuma gramática sobre o quimbundo. Pedro Dias terminou sua gramática em 1694 e encarregou o jesuíta Miguel Cardoso, natural de Angola e que falava correntemente essa língua, de revisá-la antes da publicação, que aconteceu em 1697.

A importância científica desse texto é inegável. Primeiramente, para a África, porque é a primeira gramática sistemática da língua quimbundo, depois, para o Brasil, por várias razões. Esse trabalho testemunha o emprego corrente naquela época de uma língua africana, o quimbundo, pelos escravos oriundos de Angola. Trata-se de uma língua plenamente africana, próxima da que se fala hoje em Angola. Não é um pidgin nem um crioulo. Esse fato é importante, pois permite que se correlacione a data da redação da gramática (1694) à da destruição do Quilombo de Palmares (1695). Poderia, então, ter sido o quimbundo, como pensam muitos estudiosos, a língua africana utilizada naquela comunidade constituída em sua maioria por negros fugitivos (BONVINI; PETTER, 1998, p. 75). O outro grande interesse dessa obra reside no fato de retomar parcialmente o plano e o título da obra de José de Anchieta, a *Arte de gramatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. No entanto, o trabalho de Dias distingue-se claramente do de Anchieta; ao romper com o paradigma das declinações do modelo latino dos “casos”, encerra o debate sobre a interpretação das classes nominais: ao tratar dos nomes, observa que a mudança da sílaba inicial indica o singular e o plural. Sua contribuição maior para a compreensão do quimbundo e das línguas do grupo banto foi depreender, embora de forma embrionária, o sistema de concordância para o adjetivo, os pronomes e a terceira pessoa do verbo, ou seja, o sistema de concordância das classes nominais (BONVINI, 1996, p.145).

Esse documento revela que, no século XVII, na Bahia, onde se concentrava a maior população negra da época, era africana a língua que utilizavam os negros escravos.

II- *Língua g^al de Minna, traduzida ao nosso Igdioma, por Antonio da Costa Peixoto, Curiozo nesta Siencia, e graduado na mesma faculdade: E.º* – é o título que aparece no frontispício do manuscrito *Obra Nova da Língua Geral de Minna*, redigido em Ouro Preto, em 1731/1741, por Antonio da Costa Peixoto. Esse documento retrata uma situação lingüística particular, resultante da concentração, no quadrilátero mineiro de “Vila Rica – Vila do Carmo – Sabará – Rio dos Montes”, de 100 000 escravos – regularmente renovados durante um período de 40-50 anos – originários da costa do Benin (designada “Mina” e situada, grosso

modo, entre Gana e Nigéria). Essa situação deu origem a um falar veicular tipologicamente próximo das línguas africanas dessa mesma costa. Castro considerou esse falar como sendo de base eve, com vocábulos do *fon*, *mahi*, *gun* e *mina* – “línguas muito próximas entre si” (1980, p. 20). Atualmente, as línguas faladas na região de origem dos escravos estão classificadas no subgrupo “*gbe*”, do grupo “*kwa*”, da família Níger-Congo. Nesse subgrupo há uns 50 falares, dos quais os mais conhecidos são o *eve*, o *fon*, o *gen*, o *aja*, o *gun* e o *mahi*. É complexo interpretar esse documento de quase três séculos, pois para bem executar essa tarefa deve-se considerar: (i) que não se pode comparar o conjunto de línguas faladas atualmente na região com a(s) língua(s) representadas no manuscrito, pois aquelas evoluíram, no espaço e no tempo, e (ii) que, sobretudo, a função veicular que a *língua geral de mina* exercia, diferente do papel das línguas ‘*gbe*’ na atualidade, impõe que se faça uma aproximação mais cuidadosa.

O aparecimento da língua veicular africana se explica pela economia da comunicação, pela necessidade de ultrapassar o esfacelamento desses diversos falares muito próximos tipologicamente da língua africana utilizada nas minas, no século XVIII, e só publicado em 1945, em Lisboa, é o documento mais importante e “precioso” sobre as línguas africanas no Brasil, porque testemunha a existência de uma língua veicular africana designada como *Língua Geral*, provavelmente em referência à língua geral indígena (BONVINI; PETTER, 1998, p. 75-76).

O manuscrito de Antonio da Costa Peixoto, redigido com a intenção de facilitar aos senhores de escravos o aprendizado da língua utilizada nas minas, desvenda, ainda, uma mudança no panorama lingüístico africano no Brasil: no século XVIII são as línguas da costa do Benin que estão em evidência, pelo menos nas regiões economicamente mais ativas e tendo em vista a ausência de documentos sobre o restante do país.

Do ponto de vista lingüístico esse manuscrito se apresenta como uma lista de vocábulos em língua africana, traduzidos para o português, organizados por campos semânticos; traz também alguns diálogos e frases necessárias à comunicação mais urgente.

Sobre a estrutura da língua representada podemos observar que a ordem dos constituintes segue o padrão SVO – o mais comum nas línguas da grande família Níger-Congo, à que pertencem as línguas *gbe* – como se pode depreender dos itens: *máhiclóbam* – “vou lavar os pratos”; *máhiclóafõ* – “vou lavar os pés”; *máhiclóalõ* – “vou lavar as mãos”.

Sobre a fonologia dessa língua, dois fatos chamam a atenção: 1º a não representação das oclusivas lábio-velares [kp], [gb], bastante comuns nas línguas da região ocidental africana; 2º a

utilização de diacríticos, como o acento agudo, o grave e o circunflexo, em contextos que, se não nos permitem afirmar com certeza que o autor esteja representando os tons da língua, revelam a percepção de alguma diferença no plano supra-segmental, como se observa nos itens: *sô* “cavalo”; *sô* “amanhã, ou honte”; *so* “espingarda” (SOUZA, 1999).

Castro, em 2002, publicou um ensaio crítico, de cunho etnolingüístico, sobre o manuscrito de Peixoto, em que identifica a língua como “mina-jeje”, de base lexical, fundamentalmente, fon. O que se pode assegurar é que se trata de um documento revelador de um fato lingüístico inédito: a presença de uma língua veicular africana, sem qualquer mescla com o português, seja no léxico, na sintaxe, ou mesmo na fonologia.

III- O século XIX não nos oferece uma documentação especificamente lingüística como a dos séculos precedentes, mas confirma dois fatos: a existência de um plurilingüismo africano, sobretudo em Salvador, e a identificação de uma maneira particular de expressão em português dos negros escravos.

Nina Rodrigues inicia em 1890 estudos de antropologia afro-brasileira em Salvador e, embora reconhecendo sua falta de preparo para abordar o problema lingüístico, formula as questões fundamentais para o conhecimento das línguas africanas faladas no Brasil: quais foram as línguas africanas faladas no Brasil? Que influência elas exerceram sobre o português do Brasil? (1977 [1933], p. 121-152) Contribui para dar resposta à primeira indagação registrando dados lingüísticos relevantes: coletou uma lista de 122 palavras de cinco línguas africanas diferentes, faladas na época em Salvador: “grunçe” (*gurunsi*), “jeje (*mahi*)” (*eve-fon*), “haussá”, “canúri” e “tapa” (*nupe*). A respeito do “nagô ou iorubá” afirma ser a língua mais falada na Bahia “tanto pelos velhos africanos, de todas as origens, quanto por um grande número de crioulos e de mestiços” (p. 132). Destaca o fato de que o *nagô* é a língua religiosa do culto “jeje-iorubá” (candomblé) e reproduz três cânticos com tradução (BONVINI; PETTER, 1998, p. 76).

Mesmo não mencionando as línguas do grupo *banto*, pois não estendeu sua pesquisa até os “congos” e “angolas” cuja existência, no entanto, reconhece em Salvador, o trabalho de Nina Rodrigues reveste-se de grande importância histórica porque atesta o plurilingüismo africano que não sobreviveu por um longo período, tendo-se reduzido a um monolingüismo, com a predominância do iorubá, logo depois da abolição (1888).

Somente a partir do século XIX é que se encontra menção ao português falado pelos negros no Brasil. Sobre os primeiros séculos de colonização não se localizou ainda nenhum registro. De acordo com Silva Neto (1963), foram os viajantes que deixaram escritas suas primeiras impressões sobre a fala do escravo

africano, fortemente marcadas pela ideologia da época. Saint-Hilaire em seu livro *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820, p.324) observou que os negros conservavam “qualquer coisa de infantil em seus modos, linguagens e idéias...” O alemão Schlichthorst, que esteve no Rio de Janeiro em 1824, notou fatos importantes na fala do negro:

Em três meses, podem, em geral, se fazerem mais ou menos entender. Só o grupo consoante *st* e o *r* lhes oferecem muita dificuldade. Pronunciam o primeiro como *t* e o segundo como *l*. Por exemplo: *tá bom* em lugar de *está bom*, *dalé* ao invés de *darei*. Nota-se a mesma dificuldade prosódica nas criancinhas [...] (SILVA NETO, 1963, p.109).

A partir de 1831, a imprensa e a literatura vão retratar o falar diferenciado, “xacoco”, dos negros. Atualmente, esse material vem sendo sistematicamente analisado por Tania Alkmim, que busca na literatura e em outras fontes escritas a representação da fala de negros e escravos. O conjunto levantado pela pesquisadora, a partir das indicações nem sempre completas e precisas oferecidas por Silva Neto (1963), constitui uma coleção significativa de dados de linguagem, embora a autora ressalve que esses dados, no caso da obra literária, devam ser considerados também como criação artística e, no caso dos periódicos, devam ser analisados dentro do quadro dos estereótipos. Segundo Alkmim (1999), a consulta de uma bibliografia ampla e diferenciada – incluindo textos de historiadores, de cronistas, de viajantes, de obras literárias, de dissertações, de teses, relativas a diferentes épocas – permitirá, possivelmente, localizar informações relevantes “sobre condições de aquisição do português, sobre situações interacionais, etc., além de dados de fala”.

No século XX não se localiza nenhum registro sobre línguas africanas ‘plenas’ no Brasil, visto que desde o final do século anterior elas passam a manifestar-se como *línguas especiais* (cf. exposto mais acima). É só a partir de 1930 que o contato lingüístico de mais de três séculos vai merecer a atenção dos estudiosos. Motivados pelo debate sobre a identidade da língua nacional – cuja especificidade será apontada como resultante do contato do português com as línguas indígenas e africanas – os estudos que se produziram nessa década estão marcados pelo sentimento nacionalista que busca fundar-se na diferença. É nesse momento que se inaugura a discussão sobre a *influência africana no português do Brasil*, tema de um conjunto de trabalhos de cunho marcadamente lingüístico que serão relacionados a seguir.

4. A influência africana: estudos lingüísticos

Em 1933, as obras *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça, e *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo, abrem, de forma organizada, o debate sobre a presença africana no português do Brasil (a partir de então PB). Retraçam o itinerário da origem dos africanos que para cá foram transplantados, de origem banto e sudanesa, e apresentam uma relação de aspectos que consideraram de origem africana no PB. Embora diferenciem-se em alguns tópicos da exposição, ambos concluem que a maior parte de aspectos característicos do PB são devidos à influência das línguas africanas, principalmente o quimbundo e o iorubá.

O trabalho de Mendonça (1933) teve uma segunda edição, aumentada e ilustrada, em 1935, e outra em 1974, que reproduz ainda uma classificação de línguas africanas já superada pelos trabalhos de Greenberg (1963). A obra contém um glossário com 375 termos de origem africana que, se apresentam étimos africanos discutíveis (*iorubá* ou *quimbundo*, unicamente), revelam, no entanto, um aspecto positivo: a indicação do contexto sociocultural de uso dos itens compilados.

Raimundo (1933) identifica 309 palavras de origem africana presentes no PB, e acrescenta ao seu levantamento 132 topônimos. Da mesma forma que Mendonça, a etimologia de todos esses itens lexicais é encontrada nas línguas iorubá e quimbundo, predominantemente. Em 1936, o mesmo autor oferece na obra *O Negro Brasileiro e Outros Estudos*, uma lista aumentada de termos considerados de origem africana.

A influência africana será novamente tratada, dentro de outra perspectiva, por duas obras interessadas na caracterização do PB. A primeira, publicada em 1946, *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo, e *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto (1963 [1950]). Munidos de uma sólida formação lingüística, esses autores empreendem de forma objetiva uma análise interna da língua.

As evidências colhidas por Silva Neto e Melo destacavam a unidade cultural e lingüística luso-brasileira, em decorrência da concepção de língua como reflexo e expressão da cultura. Melo resume a nova ordem:

Verdade é que os elementos portugueses da nossa cultura foram elaborados, caldeados com os elementos indígenas e negro-africanos, tendo havido, mais modernamente, influências de fatores outros. Mas é muito certo também que o elemento português prevaleceu, dando a nota mais sensível de europeísmo à nossa cultura (1981, p. 29, grifos do autor).

Melo critica a visão pouco objetiva, "apaixonada", de Raimundo e Mendonça, salientando que alguns fatos lingüísticos do PB apresentados como fruto da influência africana po-

deriam ser explicados pela própria deriva da língua portuguesa. Admite, no entanto, que a influência mais profunda das línguas africanas se faz sentir “na morfologia, na simplificação e redução das flexões de plural e das formas verbais na fala popular”. Por isso, considera a influência africana mais profunda que a do tupi, embora reconheça que a contribuição africana ao léxico foi menos extensa do que a indígena. Reconhece, ainda, sem oferecer comprovação, ter havido “duas línguas gerais de negros no Brasil, de acordo com a procedência desses: o nagô ou iorubá na Bahia, e o quimbundo em outras regiões” (1981, p. 61-62).

Serafim da Silva Neto, na segunda edição revista e aumentada de sua obra, de 1963, propõe-se a desenvolver um estudo apoiado na etnografia e história social do povo brasileiro. Já na introdução apresenta os pressupostos sob os quais se sustenta sua obra (p.14-15):

- o PB não é *um todo, um bloco uniforme*. É preciso distinguir seu uso nos diferentes contextos sociais e regionais;
- o colonizador trouxe falares de todas as partes de Portugal, os quais se fundiram num denominador comum, de *notável unidade*;
- o português introduzido a partir do litoral constituiu uma *koiné* que atingiu o interior com as bandeiras e entradas. Daí as características do português brasileiro: unidade e conservadorismo;
- a distinção dos diferentes estratos sociais da língua portuguesa no Brasil desde sua introdução: portugueses e seus filhos – português de notável unidade; aborígenes, negros e mestiços – *crioulo* ou *semicrioulo*. O português foi-se irradiando graças a seu prestígio de língua dos colonizadores e língua literária.

Afirma Silva Neto que não há influência de línguas africanas ou ameríndias no PB; há “cicatrices de tosca aprendizagem”, que tenderiam a diluir-se em favor da língua portuguesa, ideal de todos os que desejassem “ascender às classes sociais mais elevadas” (1963, p. 107-108). Admite que a influência africana se exerceu por “ação urbana” e por “ação rural” nas áreas onde houve grande concentração de mão-de-obra escrava. Reconhece que o “tipo de linguagem” depende da composição demográfica da região e do acesso à escola. Se a localidade estudada se origina de um antigo quilombo e se a escola não conseguiu expurgar o “aprendizado imperfeito inicial, estamos diante de um dialeto crioulo, quer dizer uma simplificação extrema do português mal aprendido e imperfeitamente transmitido” (1963, p. 133).

Melo e Silva Neto descaracterizaram a influência africana sem contudo contestá-la, reduziram-na à *contribuição passiva*, que não chegou a alterar o caráter da língua portuguesa falada no Brasil. Silva Neto reconhece a possibilidade de um dialeto crioulo em regiões que foram antigos quilombos.

Outros trabalhos se seguiram, sob perspectiva diversa, detendo-se no rastreamento de “africanismos”:

- 1934 - *Africanismos na linguagem brasileira*, de Nelson Senna;
- 1936 - *Os africanismos no dialeto gaúcho*, de Dante de Laytano;
- 1938 - *Africanos no Brasil. Estudos sobre os Nêgros Africanos e Influências Afro-Nêgras sobre a Linguagem e Costumes do Povo Brasileiro*, de Nelson Senna;
- 1943 - *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, de Aires da Mata Machado Filho;
- 1974 - *Répertoire des Vocables Brésiliens d'Origine Africaine*, de J.P. Angenot, J.P. Jacquemin e J. Vincke;
- 1976 - *De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia, au Brésil*, de Yeda Pessoa de Castro;
- 1977 - *Dicionário de cultos afro-brasileiros*, de Olga Gudolle Cacciatore;
- 1991 - *Dictionary of African Borrowings in Brazilian Portuguese*, de John Schneider.

Destacam-se, dentre esses, dois trabalhos publicados nos anos 70 desenvolvidos por africanistas que introduzem nova abordagem metodológica, fundamentada na pesquisa de campo no Brasil, de cunho lingüístico e cultural, confrontada à realidade atestada atualmente na África. Ambos foram produzidos na Universidade Nacional do Zaire (atual República do Congo):

- 1974 - *Répertoire des Vocables Brésiliens d'Origine Africaine*, de Jean-Pierre Angenot, Jean-Pierre Jacquemin e Jacques L. Vincke. Trata-se de um levantamento lexical efetuado a partir de fontes escritas disponíveis na época. Registra 1 500 palavras, além de muitas formas variantes e topônimos. Apresenta na introdução o estado em que se encontram as pesquisas dos africanismos e esboça uma metodologia apropriada para o domínio *banto*, em particular;
- 1976 - *De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia, au Brésil*, de Yeda Pessoa de Castro. É uma tese de doutoramento ainda inédita, defendida na mesma Universidade do Zaire. A autora, no entanto, tem outros trabalhos publicados (1967, 1968, 1978, 1980). Destacou-se por muito tempo como a única pesquisadora

brasileira de línguas africanas, trabalhando numa perspectiva antropológica e lingüística.

Em seu trabalho “Os falares africanos na interação do Brasil Colônia” (1980), a autora defende a emergência de falares africanos que se nivelam progressivamente em níveis sócio-históricos sucessivos, de acordo com determinadas fases da história colonial brasileira.

A autora distingue, então, uma *realidade rural* - vivida pelos negros de origem *banto* que foram introduzidos, majoritariamente, na condição de escravos rurais de uma *realidade urbana* - semelhante à que viveram os *iorubás* na cidade de Salvador, no século passado, quando puderam preservar sua língua, em razão de viverem concentrados etnicamente e de gozarem de relativa liberdade.

Ainda seguindo o percurso dos africanismos, em 1991 publica-se o *Dictionary of African Borrowings in Brazilian Portuguese*, de J. Schneider, o mais recente e completo trabalho sobre os empréstimos de línguas africanas no PB. Reúne 2.500 entradas lexicais, incluindo derivados e compostos que se formaram a partir da integração completa do africanismo no PB. Embora se possam fazer algumas ressalvas à sua organização, esse dicionário demonstra melhor conhecimento de línguas africanas e revela compilação extensa de obras de lingüistas africanistas, dicionaristas, folcloristas, antropólogos e estudiosos de religiões afro-brasileiras.

Nã década de 80, após a “descoberta” do Cafundó, em 1978, trabalhos sobre duas comunidades negras rurais isoladas - Cafundó e Tabatinga - são produzidos.

O Cafundó vai sendo pouco a pouco desvendado e divulgado em artigos publicados em revistas especializadas. Ao primeiro artigo (1978), “Cafundó: uma comunidade negra do Brasil que fala até hoje uma língua de origem africana”, seguem-se “Las lenguas secretas de Cafundó” (1980); “Mafambura e Caxapura: na encruzilhada da identidade” (1981) escritos por Vogt, Fry e Gnerre. A partir de 1982, serão publicados mais seis textos, de autoria de Vogt e Fry. Em 1996, esses dois autores organizam todo o material produzido, apresentando-o no livro *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. Ao mesmo tempo em que essa obra destaca o papel estruturador da “língua africana” nas relações sociais e no universo cultural de seus moradores, lança um olhar sobre outras comunidades de configuração semelhante, apresentadas no capítulo 8 “Rios de Cristal: outras ‘línguas africanas’ no Brasil” (p. 207-255), reformulação do artigo publicado em 1985, sob o título “Rios de cristal: contos e desencontros de línguas africanas no Brasil”.

Em 1983, Sônia Queiroz defende na Universidade Federal de Minas Gerais a dissertação de mestrado sob o título “Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga” que, em 1998, será publicada em livro. Analisando a “língua da costa” e comparando-a à do Cafundó, com quem compartilha – além do uso como forma de “ocultação” – muitos elementos lexicais e gramaticais, a autora conclui que a Língua do Negro da Costa funciona como “um sinal diacrítico que marca o grupo de negros da Tabatinga por oposição aos brancos do centro da cidade” (1998, p. 106).

As comunidades negras serão novamente tema de um trabalho acadêmico em 1991, data em que Mary F. do Careno defende, na Universidade Estadual de São Paulo– Assis, a tese de doutoramento *Linguagem rural do Vale do Ribeira. A voz e a vez das comunidades negras*. Com o objetivo de descrever o dialeto da região sul do estado de São Paulo, o Vale do Ribeira, a mais pobre do estado, a autora coletou amostras de fala espontânea de falantes de três comunidades: Abobral, Nhunguara e São Pedro. Careno não encontrou remanescente de línguas africanas no léxico; deparou-se com um dialeto rural em que, entre outros aspectos, se observa, na morfossintaxe, variação da concordância de número e gênero e, na fonologia, encontram-se algumas ocorrências das africadas [tS],[dZ]. A tese foi publicada em livro em 1997.

Em 1992, Baxter retoma, sob nova perspectiva, o estudo do dialeto da comunidade negra de Helvécia, situada no sul da Bahia, “descoberto” por Ferreira (1969). Destaca aspectos relativos ao sistema verbal desse dialeto que evidenciam processos de aquisição característicos de descrioulização. Chama a atenção para a importância do estudo da fala das comunidades “afro-brasileiras isoladas”, pois esse estudo pode oferecer elementos sobre a relevância dos processos de contato entre línguas na formação do PB. Não há publicações, ainda, sobre outras comunidades semelhantes ou não a Helvécia.

Os estudos reportados trataram as comunidades negras sob enfoques diferentes, em parte pela configuração específica de cada grupo, em parte pela motivação teórica do seu autor. Observou-se, ainda, a mudança de objetivo – da busca de uma “língua africana” para a recolha de dados que permitam caracterizar o contato lingüístico.

A integração das línguas africanas no PB é tema da dissertação de mestrado *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, defendida em 1991 por Alberto Baeta Neves Mussa na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundamentado numa teoria da mudança que nega uma especificidade formal ao fenômeno da crioulização – compreendido como um conceito histórico, isto é, significando uma etapa no desenvol-

vimento de uma língua em que se encontra o fato social de ter sido adquirida como segunda língua por uma massa considerável de falantes adultos (1991, p. 122-123) – e considerando dados demográficos, Mussa conclui pela existência de três estratos lingüísticos – europeu, africano e brasileiro – que interagiram mas não condicionaram necessariamente a história particular dos outros estratos, tendo cada um deles sua especificidade.

5. Marcas da “influência” africana: evidências lingüísticas

Os trabalhos lingüísticos desenvolvidos no Brasil não se detiveram no estudo das línguas africanas, abordaram de preferência as marcas da ação dessas línguas no PB, nos planos lexical e gramatical, visto que era o português o ponto de partida e o alvo das análises.

A presença africana no léxico é a mais forte evidência do contato lingüístico e cultural. Apontada pelos primeiros estudiosos como traço particular ao PB, como *brasileirismo*, merece ser avaliada com cuidado, para que não se simplifique sua extensão. Embora o desenvolvimento das pesquisas tenha aumentado o inventário dos termos considerados de origem africana, *africanismos* – passando de mais de 300 (MENDONÇA, 1933; RAIMUNDO, 1933), a 1 500 (FERREIRA, 1986) e atingindo 2 500 (SCHNEIDER, 1991) – deve-se reconhecer que os termos de origem indígena presentes no PB são em número bem superior.

Os africanismos são termos ou expressões de uso coloquial resultante do contato do português com uma língua africana, ocorrido na África, em Portugal ou no Brasil. A integração desses termos ao português deu-se, portanto, em épocas diferentes: alguns integraram-se antes da escravidão brasileira e podem ser considerados como empréstimos de segunda geração, sendo que a primeira, mais próxima da língua fonte já tinha sido atestada, por exemplo, em Angola, no século XVI e início do XVII (BONVINI; PETTER, 1998). Esses empréstimos surgem de uma necessidade comunicativa e refletem um encontro cultural. Distribuem-se nos mais diversos campos léxico-semânticos: os de origem *banto* (*quimbundo*, principalmente), mais antigos, têm uma distribuição mais abrangente; os de origem *iorubá*, mais recentes, referem-se à religião e à música, sobretudo.

O registro dos africanismos nos dicionários de Ferreira (1986) e Schneider (1991) reflete ainda o conhecimento insuficiente sobre o contato das línguas africanas e o PB. Além de apresentarem muitos étimos imperfeitamente identificados, insistindo na polarização: *quimbundo* e *iorubá*, há insegurança na atribuição de uma origem africana a um grande número de vocá-

bulos, revelada, no dicionário de Ferreira, pelas modalizações da expressão *de origem africana* por meio de advérbios e adjetivos, como, *talvez, possível, provável, decerto*, identificação utilizada como sucedâneo da etimologia desconhecida (1986). Evidências fônicas e semânticas, fundamentadas numa visão estereotipada do que seja uma língua africana, a realidade daquele continente e os costumes de seus falantes induziram o lexicógrafo a defender a (*possível, provável*) origem africana dos vocábulos investigados, sem um conhecimento mais aprofundado das línguas africanas. Deve-se observar, também, que os dicionários não informam adequadamente os diferentes domínios de uso de cada item lexical, que pode ser caracterizado como um *brasileirismo* ou um *regionalismo* - caso seu uso seja peculiar ao Brasil em geral, ou a uma região especial; como um *termo de uso geral* do PB comum também ao português europeu e/ou africano; ou como um *termo técnico*, de uso restrito a certos grupos sociais, como os que professam as religiões afro-brasileiras.

Algumas características fonológicas - como a extensão do padrão silábico CV - e outros traços morfossintáticos - como (i) marcação de pluralidade apenas no primeiro elemento do sintagma nominal; (ii) dupla negação; (iii) monomorfismo pronominal; (iv) certas construções ativas de sentido passivo - têm sido apontados como transferências do substrato lingüístico africano (*banto e kwa*) no processo de aquisição do PB. Comparar esses traços isoladamente, tendo de um lado uma língua africana e do outro o português brasileiro não padrão, pode levar, no entanto, à constatação de semelhanças tipológicas, independentes de contato. Por outro lado, defender a transferência como causa única das formas divergentes do português padrão implica eliminar outras hipóteses explicativas, descon siderando a amplitude de respostas que uma situação de contato pode gerar.

O aprendizado de uma segunda língua pode interromper-se sem que se tenha atingido o conhecimento perfeito da língua alvo por diferentes motivos; a necessidade comunicativa, as condições de seu emprego podem vir a tornar-se mais importantes do que a preocupação de atingir ou respeitar uma norma. Deve-se lembrar que os escravos negros não eram falantes neutros, mas possuíam hábitos, reflexos, pressupostos culturalmente marcados. Daí poder-se conceber que essa segunda língua seja antes um conjunto de usos enunciativos do que um conjunto de regularidades condicionadas por normas codificadas (BONVINI; PETTER, 1998, p. 80). Esses usos enunciativos podem coincidir com formas de pidgins ou crioulos, em que estruturas não marcadas são privilegiadas, e podem explicar a simplificação da morfologia verbal e nominal assim como a tendência à regularização dos padrões silábicos.

6. Considerações finais

As línguas africanas, marcadas pela ruptura de sua continuidade no espaço original, encontraram-se, no Brasil, distantes do convívio com suas variantes dialetais, dentro de um quadro heterogêneo em que os novos contatos lingüísticos com o português, as línguas indígenas e outras línguas africanas ocorreram de forma diferenciada, nas diferentes épocas e nos diferentes ambientes (rural e urbano).

A história das línguas africanas no Brasil, contada por significativos e escassos documentos, evidencia um processo de transformação, de mudança de estatuto, que atingiu não uma só língua na sua evolução, mas afetou o uso da(s) língua africana(s) empregada(s) nas regiões economicamente mais desenvolvidas de cada ciclo histórico, onde a importância demográfica do negro escravo era maior. De *língua plena*, o *quimbundo* de Salvador, no século XVII, retratado pela gramática de Pedro Dias, passando por uma etapa (registrada pelo manuscrito de Antonio da Costa Peixoto) em que uma mescla de línguas oeste-africanas do grupo *gbe* circulou como "*língua geral*", veicular, na região mineira do século XVIII, metamorfoseou-se em *línguas especiais*, recriação do longo contato lingüístico que se manifesta no século XX sob a forma de: (i) entrelaçamento diferenciado de português e língua africana (*iorubá, jeje, fon, quimbundo*), nos cultos afro-brasileiros de tipo candomblé, (ii) português marcadamente não padrão, nos cultos de tipo umbanda e (ii) léxico de origem africana com estrutura gramatical do português, nas chamadas "línguas secretas".

A outra face dessa história se conta do ponto de vista do português brasileiro, que assimilou do contato com os povos africanos e suas línguas muitos elementos necessários à sua expressão: apropriou-se de uma parte do léxico de origem africana e reorganizou, como afirmam alguns, certos aspectos de sua gramática. Mesmo que ainda não perfeitamente descrita, a participação africana no inventário lexical do PB não provoca polêmica. O mesmo não pode ser dito a respeito da presença de línguas africanas na gramática do PB. Entre os argumentos dos defensores dos dois extremos – os que negam a influência africana e os que afirmam que essa influência se deu sob a forma de criouliização – deve-se considerar que a realidade lingüística brasileira tem uma configuração particular, em que – de forma diferenciada no tempo e no espaço – houve interação de um conjunto de fatores: lingüísticos (plurilingüismo africano e indígena ao lado do português) e extralingüísticos (demografia, estatuto social dos falantes, prestígio da língua portuguesa).

Caracterizar o PB em relação ao contato com as línguas africanas constitui um desafio duplo para o lingüista: 1º

correlacionar todos esses aspectos – lingüísticos e extralingüísticos – para que o contato entre línguas africanas e PB não seja avaliado, apenas, como um fato lingüístico independente, mas seja reconhecido e amparado pela história social; 2º comparar a situação brasileira à do português na África, observando não só os crioulos que aí se desenvolveram, mas também detendo-se nas variedades de português de Angola e Moçambique, onde não se manifestou nenhum crioulo, para que o PB seja avaliado em contraste com as diferentes formas de português resultante da interação com línguas africanas.

Abstract

African Languages are special languages, in Brazil nowadays. They have a ritual function in the Afro-Brazilian cults, or a social identification function in their use as secret languages in the communities of Cafundó and Tabatinga. This paper presents the history of the contact of African languages with the Portuguese in Brazil and discusses the participation of African Languages in the constitution of Brazilian Portuguese.

Keywords: *African languages; African languages in Brazil; Brazilian Portuguese.*

Referências

ALKMIN, T. A variedade lingüística de negros e escravos: um tópico da história do português no Brasil. Trabalho apresentado no III Seminário do Projeto “Para a história do português brasileiro”, Campinas, SP, UNICAMP, 31/05-05/06/1999. Inédito.

ANGENOT, J.P. ; JACQUEMIN, J.P. ; VINCKLE, J.L. *Répertoire des vocables brésiliens d'origine africaine*. Lubumbashi: Université du Zaïre: CELTA, 1974. (Travaux et Recherches, 5).

BAXTER, A.N. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do Estado da Bahia. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do colóquio sobre “Crioulos de Base Lexical Portuguesa* Lisboa: Colibri, 1992. p. 7-35.

BONVINI, E. Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines : I. Du XVI au XVIII siècle: dans le sillage des explorations. *Histoire, Epistémologie, Langage*, [S.l.], v. 18, n. 2, p.127-148, 1996.

- _____. ; PETTER, M.M.T. *Portugais du Brésil et langues africaines*. Paris: Larousse, 1998. (Langages, 130).
- BOXER, C.R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Trad. Oliveiro de Oliveira Pinto. São Paulo: Editora Nacional, EDUSP, 1973.
- CACCIATORE, O.G. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- CARENO, M.F. *Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras*. São Paulo: Arte & Ciência: UNIP, 1997.
- CASTRO, Y.P. A sobrevivência de línguas africanas no português do Brasil. *Afro-Asia*, Salvador, p. 4-5, 1967.
- _____. *De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia, au Brésil*. Tese (Doutorado), Universidade Nacional do Zaire, Kinshasa, 1976. 2 tomos.
- _____. Etnônimos africanos e formas ocorrentes no Brasil. *Afro-Asia*, Salvador, p. 6-7, 1968.
- CASTRO, Y.P. Níveis sociolingüísticos da integração de influências africanas no português. ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 3., 1978, Rio de Janeiro.
- CASTRO, Y. P. *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador : UFBA/CEAO, 1980.
- CASTRO, Y.P. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Secretaria de Estado da Cultura, 2002.
- FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro: Helvécia-Bahia. In: _____. et al. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: PROED/UFBA, 1969. p. 21-32.
- FERREIRA, A.B.H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FRY, P. ; GNERRE, M. ; VOGT, C. Mafambura e Caxapura: na encruzilhada da identidade. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 1981.
- FUNARI, P.P.A. A "República de Palmares" e a arqueologia da Serra da Barriga. *Revista USP- Dossiê Povo Negro*, São Paulo, v. 28, p. 6-13, 1995-1996.
- GREENBERG, J. *The languages of Africa*. Bloomington: Indiana University, 1963.
- GRIMES, B. F. *Ethnologue: languages of the world*. Dallas (Texas): Summer Institute of Linguistics, 1996.
- GUTHRIE, M. *The classification of Bantu Languages*. Londres: Dawson, 1948.
- HEINTZE, B. *Fontes para a história de Angola do século XVII*. Stuttgart: [s.n.], 1985.

- LAYTANO, D. *Os africanismos no dialeto gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1936.
- MACHADO FILHO, A.M. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.
- MATTOSO, K.M.Q. *Ser escravo no Brasil*. Trad. James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELO, G.C. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP-Dossiê Povo Negro*, São Paulo, v. 28, p. 56-63, 1995-1996.
- MUSSA, A. B. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Tese (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991. Mimeo.
- PETTER, M.M.T. Línguas especiais, línguas secretas: na África e no Brasil. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 4, p.185-202, 1998.
- PÓVOAS, R.C. *A linguagem do candomblé*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1989.
- PRANDI, R. *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. As religiões negras do Brasil. *Revista USP-Dossiê Povo Negro*, São Paulo, v. 28, p. 64-83, 1995-1996.
- QUEIROZ, S. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- RAIMUNDO, J. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.
- RAIMUNDO, J. *O Negro Brasileiro e outros estudos*. Rio de Janeiro: Record, 1936.
- REIS, J.J. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP-Dossiê Povo Negro*, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995-1996.
- RODRIGUES, R.N. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.
- SCHNEIDER, J.T. *Dictionary of african borrowings in brazilian portuguese*. Hamburg: Helmut Buske, 1991.
- SENNÁ, N. Africanismos na linguagem brasileira. *Revista de Philologia e de História*, [S.l.], v. 2, p. 39-449, 1934.
- SENNÁ, N. *Africanos no Brasil: estudos sobre os negros africanos e influências afro-nêgras sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro*. Belo Horizonte: [Queiroz Breyner], 1938.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1963.

SOUZA, S.M.C. Lingoa Geral de Minna: descrição das características fonológicas. Trabalho apresentado no II ENAPOL, 8-11 nov. 1999, São Paulo. (Inédito).

VAN GENNEP, A. Essai d'une théorie des langues spéciales. *Revue des Etudes Ethnographiques et sociologiques de Paris*, [S.l.], p.327-337, 1908.

VOGT, C.; FRY, P. *Cafundó, a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Las lenguas secretas de Cafundó. *Punto de Vista – Revista de Cultura*, Buenos Aires, ano III, v. 9, p. 26-32, 1980.

_____. Rios de cristal: contos e desencontros: "Línguas Africanas" no Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, [S.l.], v. 18, p.109-128, 1985.